

ERNESTO DO CANTO NA PANORÂMICA DA HISTORIOGRAFIA AÇORIANA DA SUA ÉPOCA

por

José Guilherme Reis Leite*

Numa comunicação à Academia de História¹, que vicissitudes várias não permitiram ainda a publicação, tentei traçar uma panorâmica sobre a historiografia açoriana de meados do século XIX a meados do século XX, rodeada de reflexões sobre as linhas de força dessa temática. Pareceu-me, então, que, passado o ardor da política activa que consumiu uma geração pelo menos e em que a história só encontrava lugar como arma de arremesso e como fundamento para as opiniões revolucionárias, se abria um período mais calmo de reflexão e gosto pelo estudo da sociedade.

É verdade que Francisco Ferreira Drumond (1796-1858), exemplo típico do cidadão envolvido no ardor da luta política e ideológica, encontrou vágares para a investigação e para a construção de uma importante obra típica da historiografia liberal e nisso foi precursor. Mas ele é um exemplo singular e não define uma época².

* Doutorado em História Moderna e Contemporânea pela Universidade dos Açores.

¹ José Guilherme Reis Leite, “Um Século de Historiografia Açoriana (1850-1950)”, in *Anais da Academia Portuguesa da História* (no prelo).

² Sobre Francisco Ferreira Drumond e a historiografia da sua época consulte-se José Guilherme Reis Leite, “A Historiografia Açoriana na 1ª metade do séc. XIX”, como introdução a Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cívicos e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, pp. I a XXIV.

A geração que se lhe seguiu, à qual pertenceu o nosso homenageado Ernesto do Canto³(1831-1900), a que poderíamos chamar a geração do pós-guerra é que vai, apesar dos tempos conturbados que viveu na juventude, ter tempo para lucubrações e reflexões sobre o passado. Eles serão nos Açores os representantes da historiografia dos vencedores e todos acabaram marcados pelo triunfo da causa liberal. É uma historiografia iluminada pelas preocupações dos novos tempos redentores, preocupada com o social mais do que com o indivíduo e com o laicismo, valorizando excessivamente o documento escrito e sobretudo reflectindo as preocupações do presente como o farol para a história que escrevem. Uma história comprometida política e socialmente, muitas vezes apologética, mesmo quando anuncia a isenção e pretende ser reflexiva.

É verdade que as condicionantes sócio-políticas dessa geração não lhes permitiram avançar para uma sempre desejada *História dos Açores*, que teve em José de Torres (1827-1874), o corifeu da geração, um paladino. O característico nesse campo é antes a construção de histórias distritais ou até de ilha numa, aliás, coerência com as bases teóricas da escola liberal. Não é de admirar que uma escola preocupada com o passado como luz que ilumina o presente, se dedique a historiar os Açores fraccionados em pequenas unidades políticas e administrativas, que eram a realidade do seu tempo. Por exemplo, António de Silveira Macedo (1818-1891) assumiu-se como o cronista do liberalismo e o investigador do passado das ilhas que formavam o distrito da Horta⁴, nova e desejada realidade política, económica e social que encontrava no comprometido historiador a necessária justificação teórica. Creio poder afirmar que não é por acaso que Silveira Macedo escreve uma história de quatro ilhas que formam o distrito da Horta e nela pretende encontrar traços de unidade justificativos da junção das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo nessa unidade administrativa. A história de Silveira Macedo é o mais acabado exemplo da historiografia liberal açoriana, comprometida com as opções políticas do seu tempo. Que tenha conseguido levar a bom porto aquilo que se propunha é outra coisa, mas como exemplo é fundamental.

³ Uma boa biografia de Ernesto do Canto é a de Martim Machado de Faria e Maia, *A Vida Operosa e Meritória de Ernesto do Canto (1831-1900)*, separata de *Insulana*, XXXV-XXXVI, Ponta Delgada, 1979-1980, 125pp.

⁴ António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, 3 volumes, Horta, Typ. da Graça Jr., 1871, 571+649+294pp e reimpressão facsimilada desta em Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981.

É ainda exemplar o caso de José Joaquim Pinheiro (1833-1894), terceirense, que nas *Épocas memoráveis da Ilha Terceira*⁵ se assume também como cronista do liberalismo, mas que reflecte a ideia de que a ilha da qual escreve a história tem afinal o suficiente conteúdo para se compreender a história dos Açores. Misture-se aí o orgulho do patriotismo local com a reflexão política e social de que a história açoriana é essencialmente a história da Terceira, como cabeça das ilhas, e para se compreender a evolução, pelo menos política e social, que era aquela que interessava, na perspectiva do autor, dos Açores, bastava ler a história da ilha Terceira. Não era necessário, como havia feito Silveira Macedo, socorrer-se das ilhas vizinhas para justificar o presente. Antes pelo contrário, a história da Terceira quando muito iluminava a história das outras ilhas. Nesta opção, Joaquim Pinheiro, consciente ou inconscientemente, exprimia os valores, os sonhos e as frustrações da sua geração e por isso não admira o êxito que encontrou junto dos seus concidadãos.

Os exemplos podiam multiplicar-se com a tentativa de historiar a ilha de S. Jorge⁶ levada a cabo por José Cândido da Silveira Avelar (1844-1905) ou com outros exemplos praticamente para todas as ilhas.

Não é porém de estranhar que seja precisamente em S. Miguel que surja a preocupação de escrever uma nova História dos Açores, a qual seria o retrato do evoluir do arquipélago até à sociedade nova e aos dias que se viviam. José de Torres⁷, seu paladino, apresentará, sintomaticamente no início da Regeneração, o programa dessa nossa história, na *Revista dos Açores*, defendendo especificamente que ela é necessária não só para se compreender os novos tempos insulares, mas para se entender a globalidade da História de Portugal. Nessa ideia exprimia os novos valores que a sociedade micalense prezava no início da aventura que escolhera, ao virar-se para o

⁵ José Joaquim Pinheiro, *Épocas Memoráveis da Ilha Terceira dos Açores*; 1ª época-idade d'ouro, 1450-1580; 2ª época- idade da prata, 1580-1583; 3ª época- idade do ferro, 1583-1640; 4ª época – Restauração, 1640-1642; 5ª época- Retorno, 1642-1820; 6ª época-História da Liberdade nos Açores, 1821-1832 (esta composta sobre apontamentos do autor, por seu filho Manuel Pinheiro), Angra do Heroísmo, Tip. Minerva, 1890-1896, 183+244+200+144+343+436pp.

⁶ José Cândido da Silveira Avelar, *Ilha de S. Jorge (Açores). Apontamentos para a sua História*, Horta, Tip. Minerva Insulana, 1902, 452 pp + índice e reimpressão facsimilada desta, s. l. [Velas] s.ed., s. d. [1990].

⁷ José de Torres, “História dos Açores. Necessidade e modo de a escrever”, in *Revista dos Açores*, 2ª série, nº 1, Março de 1853, pp. 5 e 12.

Reino como espaço preferencial para as suas aventuras políticas e económicas. É verdade que logo acrescenta que “o povo insular tem uma feição particularíssima” e o ilhéu não se confunde com o continental e por isso mesmo produziu uma sociedade original, cujos particularismos esperam o seu historiador que os salve de se diluírem nas páginas das histórias gerais da Nação.

Era um desafio que dificilmente encontrava eco nos seus concidadãos, principalmente das outras ilhas, porque as preocupações culturais e sociais do distrito de Ponta Delgada não correspondiam às preocupações quer do distrito de Angra do Heroísmo quer do da Horta. O que se passava era precisamente um cada vez maior desencontro que não geraria, como é evidente, motivações para uma nova história dos Açores.

É aqui que nasce, creio bem, como forma de superar as contradições, a corrente erudita (que o próprio José de Torres alimentou) e que defendia que não havia condições para avançar com uma história dos Açores, sendo necessário previamente inventariar documentação, reunir arquivos e motivar vontades.

Como é sabido, o próprio Torres ficou no panorama cultural do séc. XIX, mais como o bibliófilo e o investigador do que verdadeiramente como historiador e hoje, os incautos, associam o seu nome unicamente à colecção de documentos e curiosidades, as *Varietades Açorianas*, mas isso parece-me uma injustiça e uma limitação da sua personalidade, que deve ocupar um lugar de destaque como teórico⁸.

Ora, é precisamente como resposta a estas preocupações culturais que vai surgir na segunda metade do século uma escola de erudição, pouco ou nada preocupada com as discussões do presente e refugiando-se na problemática das origens e na colecção de documentos, preferindo sempre os mais antigos e mais raros. Não é verdadeiramente uma escola de historiadores, porque avançam muito pouco na interpretação dos documentos e praticamente nunca nas sínteses interpretativas. Mesmo na monografia, que logicamente os atrai, sobressai mais a erudição do que a reflexão e quase nunca a interpretação. O gosto pelas origens, quantas vezes obscuras, parece-me ser a versão local do medievalismo da escola romântica e tal como esta, prescrutava nessas raízes profundas a explicação para as angústias da nova era.

⁸ Recentemente, Carlos Guilherme Riley chamava a atenção de forma pertinente e lúcida para a importância de José de Torres e outras figuras secundárias da sua geração no panorama cultural micaelense do séc. XIX.

Mas a erudição acarreta o gosto pela investigação e a paixão pelos arquivos e pelos documentos perdidos que se transformam num contínuo desafio. Sem apoios oficiais, sem arquivos organizados nas ilhas, com a documentação dispersa e nalguns casos a saque não admira que preferencialmente se investigue no arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa e que os membros mais activos dessa orientação sejam aristocratas abastados e dispendo de tempo. São, nesse aspecto, dignos continuadores do velho ócio romano, típico da sociedade que os antecedeu. Os menos bafejados pela fortuna teriam que apelar mais à imaginação e a meios mais modestos para produzirem obra, como é o caso exemplar de Francisco Maria Supico (1830-1911) que orientou o seu entusiasmo de investigador para o jornalismo literário e para informação histórica do contemporâneo, constituindo uma notável colecção, *Escavações*⁹, publicada no seu jornal — *Persuasão*. Contudo, os dois mais significativos representantes desta orientação são Ernesto do Canto e João Teixeira Soares¹⁰ (1827-1882), ambos aristocratas da velha nobreza insular, ricos, levando vida sem preocupações financeiras, com tempo e uma inclinação natural para a leitura e para o coleccionismo. No entanto, eram personalidades diferentes, cujos interesses se completavam, com admiração mútua e de cuja convivência cultural nasceram vários projectos, entre os quais é de destacar o *Arquivo dos Açores*, jornal literário e colectânea de documentos, considerados hoje a obra máxima de Ernesto do Canto.

O jorgense João Teixeira Soares¹¹ era homem de pouca escrita, mas de muita reflexão e de ideias próprias e pouco ortodoxas em matéria de história¹². Anti-henriquino convicto e militante sentiu-se atraído, como era de esperar, pelos descobrimentos portugueses e pelo período da colonização

⁹ Carlos Guilherme Riley, “Na Botica da História, em torno das Escavações de Francisco Maria Supico” in *Arquipélago-história*, Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, III, Ponta Delgada, 1999, pp.581 a 603. As Escavações conheceram uma publicação recente, com índice, promovido pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada. (Francisco Maria Supico, *Escavações*, 3 volumes, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1995).

¹⁰ Artur Teodoro de Matos, “João Teixeira Soares de Sousa (1827-1882) Aspectos da Vida e Obra”, in *Arquipélago, Série Ciências Humanas*, nº especial de 1983, pp. 7-25.

¹¹ Uma bibliografia completa de João Teixeira Soares, levantada por Lusa de Melo Ponte, pode ser consultado em Artur Teodoro de Matos, João Teixeira (...), já cit., in *Arquipélago, Série Ciências Humanas*, nº especial de 1983, pp. 26-42.

¹² Veja-se, a título de exemplo, opinião sobre as Donatarias ou a origem do povoamento das ilhas, na correspondência dirigida a Ernesto do Canto e publicada no *Arquivo dos Açores*, IV, Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1882, pp 10 e segs.

açoriana, onde em breves notas dava opinião firme e concreta, direi definitiva, sobre questões controversas e manifestamente duvidosas. Tocado também pela paixão arquivística, aproveitou a sua estada em Lisboa, como deputado, para explorar temas açorianos na Torre do Tombo, que lhe ficava a caminho na ida para as Cortes e que possivelmente frequentou mais do que estas.

Conjuntamente com Ernesto do Canto, ambos bachareis em Coimbra, ficaram como os representantes da linha de força da historiografia de erudição e da investigação arquivística regional, pairando muito acima da sua geração e pouco dados ao facilismo jornalístico e divulgador de outros.

Mas apreciemos, então, com mais vagar a obra do nosso homenageado¹³ Ernesto do Canto, que parece ter despertado tardiamente para a história. Aproxima-se dessa temática mais pelas ciências auxiliares do que propriamente pelo gosto do ensaio e da monografia. É um homem com uma obra historiográfica relativamente modesta e muito aquém do seu imenso trabalho no campo da publicação de colectâneas de documentação e de bibliografia, em que foi um dos mestres nacionais no séc. XIX¹⁴. Exigente, rigoroso e insaciável na investigação e no coleccionismo entendia as dificuldades nessa área como um permanente desafio, o que lhe permitiu deixar uma notabilíssima obra construída, uma colecção de manuscritos e uma biblioteca espantosa¹⁵.

¹³ Existe já um trabalho de reflexão sobre a vida e obra de Ernesto do Canto que se deve a Maria Teresa Tomé, *Ernesto do Canto. Os Açores na Problemática da Cultura do Século XIX*, Ponta Delgada, Ed. Signo, 1989, 120 pp.. Muito proveitoso o cap. III que trata da obra histórica.

¹⁴ Colaborou no *Boletim da Bibliografia Portuguesa*, dirigido por Aníbal Fernandes Thomaz e editado em Coimbra, que era uma publicação de especialistas e o forum privilegiado da troca de opiniões e de experiências dos pouco bibliógrafos e bibliófilos portugueses. Ernesto do Canto, numa rubrica intitulada “Notas Bibliográficas”, colaborou no Vol. I, 1879, pp. 47 a 51 e pp. 53 a 58, dando esclarecimentos sobre bibliografia portuguesa nomeadamente sobre a Crónica da Guiné e acrescentamentos ao Dicionário Bibliográfico de Inocêncio. Também colaborou no *Boletim da Sociedade Geográfica Comercial do Porto*, cujos redactores eram Joaquim de Araújo e depois J. M. Queiroz Velloso. Na 2ª Série, Junho de 1883, nº 1, pp. 32 a 41 faz uma recensão crítica erudita sobre a cartografia com interesse para Portugal, apresentada por Henry HARRISSE no seu Livro *Jean et Sebastian Cabot*. Nessas notas, demonstra os seus vastos conhecimentos nesta difícil matéria. Não esqueçamos que Ernesto do Canto foi, ele também, coleccionador de Mapas.

¹⁵ Se bem que não haja um tratamento muito rigoroso das colecções de Ernesto do Canto existentes na Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, pode-se ter uma ideia desse extraordinário fundo pelo catálogo elaborado por Eugénio do Canto, *Inventário dos Livros, Jornais, manuscritos e mapas do Sr. Ernesto do Canto, legados à Biblioteca de Ponta Delgada (ilha de S. Miguel) e entregues por sua viúva D. Margarida Leite do Canto*. Evora, Minerva Comercial, 1905, 4pp. + 806pp. + 6pp.

O mesmo não se pode dizer da obra propriamente historiográfica, que é curta e muito aquém daquilo que se poderia esperar do imenso manancial recolhido e do saber acumulado. Ele próprio parece ter tido noção disso mesmo e no final da vida, ao registar na sua *Biblioteca Açoriana*¹⁶, a contribuição própria como escritor e particularmente como historiador, é modesto e simples, aliás timbre da sua personalidade de aristocrata autêntico.

No campo que nos interessa da historiografia, regista ele, para além dos seus queridos ensaios bibliográficos, uma monografia histórica, *Os Corte-Reais* e, depois, pouco individualizados, principalmente no tomo I, os artigos e notas publicadas no *Arquivo dos Açores*, directamente da sua responsabilidade, não autonomizando sequer o seu mais polémico trabalho, saíndo, aliás, também em separata, *Quem deu o nome ao Labrador?* Para além disso, uma modestíssima entrada sobre genealogia, *Esboço genealógico. Ascendentes de Antero de Quental*, publicada no *in Memoriam*, sem mais qualquer referência ao seu aturado labor nesse campo, certamente louvando-se no facto de ter ficado inédito.

Com base nesta obra e nesta informação, podemos aventurar-nos a dividir por três secções o seu labor no campo da História:

1º As obras dedicadas à ferramenta de história. A bibliografia, a sua predilecta, suponho, em que foi continuador de José de Torres, mas também inovador e incontestável mestre, com o *Ensaio Bibliográfico*, a *Biblioteca Açoriana*, as duas obras de consagração, a colaboração no *Boletim de Bibliografia Portuguesa*, de Coimbra e no *Boletim da Sociedade Comercial do Porto*, que são o reconhecimento nacional. Além disto, a organização do *Arquivo dos Açores* (1878-1892) principalmente na sua vertente de colectânea documental.

2º Obras propriamente historiográficas, com destaque para *Os Corte Reais. Memória Histórica* (1883) e *Quem deu o nome ao Labrador?*(1892) sua mais consistente incursão como historiador e que analisaremos em mais pormenor.

¹⁶ Na *Biblioteca Açoriana*, Ernesto do Canto deixou para a posteridade um retrato daquela que considerava ser a sua bibliografia, sendo curioso comparar a evolução do registo entre o vol. I e o vol. II. (Ernesto do Canto, *Bibliotheca Açoriana*, I, Ponta Delgada, Tip. do Archivo dos Açores, 1890, p. 90; II, Ponta Delgada, Typ. de Eugénio Pacheco, 1900, pp. 67-68).

3º Notas de erudição e esclarecimento sobre documentos, ou sobre obras raras, ou manuscritos antigos publicados. São uma parte importante do seu trabalho principalmente aquele que espalhou ao longo dos doze volumes do *Arquivo dos Açores* e que também merecem melhor análise.

A memória histórica *Os Cortes Reais*¹⁷ é o escrito de Ernesto do Canto que espelha melhor as suas concepções historiográficas. Escrita em 1882, com base na documentação que recolheu a pedido de Henry HARRISSE¹⁸ com o fim de lhe fornecer dados para a sua obra sobre o mesmo tema, Ernesto do Canto é bem mais pormenorizador do que o seu colega.

No que escreveu sobre os Cortes Reais entrecruzam-se os gostos mais entranhados do nosso autor. A sedução dos primórdios da sociedade insular, a opção pelas crónicas mais antigas, o gosto pelos documentos de arquivo mesmo com interesse lateral para o tema, o culto pelo herói e pela biografia, como método historiográfico, por fim o nacionalismo, que exigia a exaltação dos portugueses em geral e dos açorianos (se é que os havia já conscientes, nesses tempos) em particular. Tudo isto misturado com um pensamento entre o racionalismo, que exige continuamente a prova documental do que se afirma, e o romantismo, que apela a uma certa liberdade interpretativa, que molda as figuras preferidas e lhes dá cor.

O trabalho divide-se em quatro capítulos e partindo de uma busca sobre as origens da família Corte Real, faz um esforço de racionalismo para evitar a aceitação de mitos que entronquem os Cortes do Algarve em heróis dos princípios da nacionalidade. Não deixa de aludir a esses mitos e até parece que os regeita com pesar, para se fixar numa origem mais modesta e menos antiga, mas documentada. Mostra então, o seu grande talento de genealogista para traçar uma árvore genealógica comentada, onde emenda os que o precederam e fixa as biografias dos membros ilustres da casa, com destaque para João Vaz Corte Real, o fundador do ramo açoriano. Serve-se do seu muito admirado Fructuoso, para o divulgar e corrigir e não perde ocasião para ordenar todas as notícias de arquivo que consegue reunir. É um exemplo notável do tal gosto biográfico como forma de escrever história.

¹⁷ Ernesto do Canto, *Os Cortes Reais. Memória Histórica acompanhada de muitos documentos inéditos*, Ponta Delgada, Typ. Archivo dos Açores, 1883, 234 pp. Impresso também no *Arquivo dos Açores*, IV, pp. 385 a 590.

¹⁸ Henry HARRISSE, *Les Cortes-Real et leurs Voyage au Nouveau-Monde*, Paris, Ernest Leroux, 1883, 272 pp.

Nos capítulos que se seguem, Ernesto do Canto tenta uma síntese e abre uma polémica científica sobre a temática das viagens portuguesas para noroeste e consequentemente sobre o descobrimento do continente americano e o contributo português, e neste caso açoriano, para esse importantíssimo feito. Neste escrito, em muitos aspectos inovador, não se pode dizer que valorize excessivamente a questão da prioridade portuguesa em relação a Colombo. Mais tarde fá-lo-á, subtilmente, ao publicar no ano do IV Centenário da Viagem de Colombo¹⁹, em 1892, o capítulo que Fructuoso dedicou a esse acontecimento e a carta de Jerónimo Monetário, tudo em gesto comemorativo, mas eloquente nos propósitos não anunciados.

E no capítulo II, dedicado à suposta viagem de João Vaz Corte Real, cerca de 1472, quando descobriria a Terra Nova, que Ernesto do Canto mostra mais claramente as suas opções. Acabou cometendo uma injustiça e um clamoroso erro, que aqui não nos interessam como tal, mas antes como exemplo.

Ao criticar duramente a *História Insulana*, apontando sucessivos defeitos à obra de António Cordeiro, demonstra não só não ter entendido os propósitos do padre jesuíta ao ensaiar uma teoria para a compreensão da História dos Açores como sociedade politicamente organizada, mas também um verdadeiro preconceito em relação ao seu trabalho. Cego pela admiração que devota a Fructuoso acaba por claramente demonstrar que, afinal, não conhecia suficientemente a obra daquele cronista, como se verá.

Isto, bem vistas as coisas, não admira nada, porque Ernesto do Canto é um historiador interessado nos tempos iniciais da organização política e administrativa dos Açores, mas não se preocupa pela evolução posterior dessa mesma sociedade. Para ele, como para outros da sua escola, o verdadeiro interesse reside nos séculos XV e XVI e os posteriores são tempos de decadência e de obscurantismo, tudo ideias pré-concebidas e ditadas por opções políticas típicas da escola liberal, que com mais ou menos intensidade atingiu toda a geração.

Afinal os erros apontados a Cordeiro, “infiel compilador dos escritos do Dr. Gaspar Fructuoso”²⁰, como lhe chama, tanto a data da carta da doação da capitania de Angra, com a associação de Álvaro Martins Homem a João Vaz Corte Real na volta da viagem da Terra dos Bacalhaus, haviam

¹⁹ *Centenário da Descoberta da América por Cristovam Colombo 1492.1892*. Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1892, 12 pp.

²⁰ Ernesto do Canto, “Os Corte Reaes (...)”, já cit., in *Archivo dos Açores*, IV, p. 410.

sido cometidos, se é que o segundo é erro, pelo próprio Frutuoso²¹ Creio bem, que tanto a injustiça em relação a António Cordeiro, como o erro em relação a Frutuoso, são de facto exemplares para a nossa análise.

A opção crítica de Ernesto do Canto em relação a esta viagem abria, por sua vez, uma polémica que duraria pelo menos até aos anos sessenta do nosso século e a sua presença tornou-se constante em todas as obras aparecidas posteriormente sobre os descobrimentos portugueses.

Dedica, ainda, com bem menos polémica, um capítulo à viagem dos irmãos Corte Reais, e termina com um último capítulo intitulado “Os Açores foram um posto avançado, para a descoberta da América e um foco de irradiação para as explorações marítimas”²², onde enumera as sucessivas notícias de viagens para ocidente ou sinais de terra.

Neste capítulo, em boa verdade se poderia inserir o seu escrito posterior, de 1892, *Quem deu o nome ao Labrador?*²³, onde identifica o açoriano João Fernandes, como um lavrador e descobridor de terras americanas nos finais de quatrocentos.

O que na nossa perspectiva interessa destes estudos é antes de mais a ilação tirada sobre a função dos Açores como posto avançado, conscientemente assumido, para a descoberta da América, coisa difícil de provar e longe de o ter ficado pelas deduções de Ernesto do Canto²⁴.

Ele próprio deve ter sentido a fragilidade da sua tese, pois a dado passo, na argumentação, acaba por dizer que “se a história se escrevesse unicamente sobre documentos, uma parte deles teria de desaparecer”²⁵. É uma afirmação surpreendente vindo de quem vem, um apaixonado pelo

²¹ Gaspar Frutuoso, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ed. de João Bernardo de Oliveira Rodrigues, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978, pp. 67 e 86.

²² Ernesto do Canto, “Os Corte Reais(...)”, já cit., in *Archivo dos Açores*, IV, p. 433.

²³ Ernesto do Canto, “Quem deu o nome ao Labrador?” in *Archivo dos Açores*, XII, Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1892, pp. 353 a 371 e 479.

²⁴ Aqui também se deve incluir a publicação que promoveu da obra de Francisco Souza (Feitor de El Rei no Funchal), *Tratado das Ilhas Novas e do descobrimento d’ellas e dos portugueses que foram de Viana e das ilhas dos Açores a povoar a Terra Nova do Bacalhao Anno de 1570*. Ponta Delgada, 1877, Typ. Minerva Insulana, XI + 13 pp. e um mapa lytographado. Com prefácio anónimo e parte das notas pelo Dr. João Teixeira Soares. 2ª ed aumentada Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1884, 38 p. + o mapa da 1ª edição. Servi-me de um exemplar da 1ª edição.

²⁵ Ernesto do Canto, “Quem deu o nome ao Labrador?”, in *Arquivo dos Açores*, XII, p. 364.

documento, e sobretudo com a agravante que acabou por não explorar até às últimas consequências a documentação que tanta alegria lhe trouxera, ao ser encontrada em papéis da Casa Canto e Castro, da Terceira, que o médico Eduardo Abreu lhe oferecera, como o demonstrou, já nos anos quarenta do século actual, José Agostinho²⁶. Tudo isto, como se vê, é um manancial inesgotável no campo da crítica, mas em boa verdade essa mesma crítica despertada pela motivação científica que a obra de Ernesto do Canto suscita, não pode ser entendida como uma diminuição do seu relevantíssimo papel para a historiografia dos Descobrimentos Portugueses como, aliás, mesmo os seus mais impenitentes críticos reconheceram.

Convém, para finalizar, fazer realçar ainda uma importante componente da historiografia do nosso homenageado, aquela que se acha fixada nas muitas e eruditas notas que ao longo dos doze volumes do *Arquivo dos Açores*²⁷, publicação da sua responsabilidade. Aí, mais do que em qualquer outra parte, se encontra o erudito e o estudioso que tem sempre uma opinião, um acrescentamento ou uma explicação sobre as questões que a documentação levanta. É de novo, junto à documentação mais antiga cronologicamente falando, que Ernesto do Canto tem comentários mais ricos e mais profundos, não se coibindo de ir contra as teses estabelecidas e tidas como definitivas. Veja-se, a título de exemplo, a nota referente à verdadeira origem do nome da ilha de São Miguel²⁸.

Muitas destas notas e comentários ao longo dos quase vinte anos que durou a publicação do Arquivo, são o registo das preocupações do organizador e a forma de partilhar com os outros interessados, as alegrias e as frustrações de uma tarefa imensa e quantas vezes pouco compensadora. São um solilóquio no seu gabinete, um diálogo com os seus livros e um colóquio com os seus leitores e com os investigadores da história açoriana, os do seu tempo e os do futuro. Quem pode hoje abrir um qualquer volume do *Arquivo dos Açores* sem nele encontrar a mão amiga de Ernesto do Canto, que nos conduz nesse verdadeiro labirinto de notícias, documentos e leituras que se tornaram no maior monumento da açorianidade que jamais se construiu?

²⁶ José Agostinho, “Sobre a data da viagem de descobrimento de Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. I, 1943, pp. 41 a 49.

²⁷ Consulte-se a lista dessas notas elaboradas pelo próprio autor na *Biblioteca Açoriana*, I, Ponta Delgada, 1890, p. 90, para os volumes I, II, III, IV, e VIII e II, Ponta Delgada, 1900, p. 67, para os volumes X, XI e XII.

²⁸ Ernesto do Canto, “Verdadeira origem do nome da ilha de S. Miguel”, in *Arquivo dos Açores*, I, Ponta Delgada, 1878, p. 82.

